



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tomhatsu. A Seguradora atua nos ramos de garantias de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia e riscos operacionais, que fazem parte dos riscos de infraestrutura, e também em riscos de responsabilidades civil.

A Fator Seguradora S.A. é especialista nos ramos relacionados à infraestrutura de forma abrangente. A Seguradora conta com um quadro funcional experiente, sistemas de última geração, contratos com resseguradores nacionais e internacionais e estrutura eficiente de distribuição, através de corretores de seguros focados nos mesmos segmentos.

É propósito da Seguradora continuar operando nos mesmos segmentos, nos quais tem provada experiência. A Seguradora apurou lucro líquido de R\$ 21.988 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 96.399 em 2015). Em 10 de setembro de 2015, conforme processos 16327.903/132/2015-37 e 16327.903/137/2015-60, a Seguradora obteve resultado favorável em pedido de restituição de impostos, pagos a maior no exercício de 2010, sobre o resultado na venda de ações da BVMF. Em 31 de dezembro de 2015, o resultado desta

restituição, líquido de impostos, foi de R\$ 76.978. A Seguradora constituiu também prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, do ano de 2010, no valor de R\$ 6.161. O lucro líquido apurado com as operações correntes da Companhia em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 13.260.

O aumento da produção e receitas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contribuíram substancialmente para o resultado positivo apurado pela Companhia. O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 29 de dezembro de 2016, foi aprovado pagamento de juros sobre o capital próprio, apurado com base na taxa de juros de longo prazo - TLP, sobre o patrimônio líquido, no montante de R\$ 15.100 (R\$ 8.300 em 2015) e pagamento de dividendos no valor de R\$ 5.200 (R\$ 20.000 em 2015).

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento) do capital social). Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor do patrimônio líquido supera o exigido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para operar em todo território nacional. A Seguradora administra, em conjunto com consultores jurídicos externos, processos judiciais e mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentam situação de perda provável. A Diretoria agradece especialmente aos clientes e aos corretores de seguros, que honraram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores pelo valioso apoio recebido e aos funcionários pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora. Agradecemos também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (“CINSEG”), à Federação Nacional de Seguros Gerais (“Finsseg”) e ao Sindicato do Estado de São Paulo (“Sinsp”), pelo apoio recebido.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante		598.484	599.153
Disponível		2.144	943
Caixa e bancos	6e e 7	2.144	943
Aplicações	6e e 8	289.539	226.251
Crédito das operações com seguros e resseguros	6e	76.258	55.508
Prêmios a receber	10	67.506	50.158
Operações com seguradoras		2.198	1.911
Operações com resseguradoras		6.554	3.439
Outros créditos operacionais	6e e 11	39.090	36.441
Ativos de resseguro	16c1	149.457	185.446
Títulos e créditos a receber	6e	29.657	86.119
Títulos e créditos a receber	13a e 21b	12.478	1.363
Créditos tributários e previdenciários	12	16.190	82.931
Depósitos judiciais e fiscais	13b	311	289
Outros Créditos	21c	678	1.536
Despesas antecipadas		5	12
Custos de aquisição diferidos			
Seguros	16b	12.334	8.433
Ativo Não Circulante		107.143	80.285
Realizável a longo prazo		105.693	79.647
Créditos das operações com seguros e resseguros	6e	14.291	16.790
Prêmios a receber	10	10.215	16.509
Operações com seguradoras		76	281
Ativos de resseguro	16c1	47.586	47.364
Títulos e créditos a receber	6e	32.265	8.853
Títulos e créditos a receber	13a1	563	593
Créditos tributários e previdenciários	12	31.651	8.213
Depósitos judiciais e fiscais	13b	51	47
Custos de aquisição diferidos			
Seguros	16b	11.551	6.640
Investimentos		3h	272
Participações societárias		272	231
Imóveis destinados a renda		-	3
Imobilizado		3i	992
Bens móveis		485	233
Outras imobilizações		507	70
Intangível		3j	186
Outros intangíveis		186	101
Total do Ativo		705.627	679.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Notas	2016	2015
Circulante		409.901	391.258
Contas a pagar	6e	12.167	25.533
Obrigações a pagar		8.569	22.513
Impostos e encargos sociais a recolher		2.354	1.794
Encargos trabalhistas		1.199	1.061
Impostos e contribuições		45	165
Débito das operações com seguros e resseguros	6e	117.881	87.012
Prêmios a restituir		981	152
Operações com seguradoras		2.768	6.015
Operações com resseguradoras		66.483	41.551
Corretores de seguros e resseguros		9.290	4.198
Outros débitos operacionais	21a	38.359	35.096
Depósitos de terceiros	6e e 18	523	525
Provisões técnicas - seguros	16a	278.653	277.506
Danos		278.653	277.506
Outros débitos		677	682
Provisões judiciais	13b	677	682
Passivo Não Circulante		92.698	86.840
Contas a pagar	6e	207	285
Obrigações a pagar		207	285
Débitos das operações com seguros e resseguros	6e	10.684	13.432
Operações com seguradoras		638	1.987
Operações com resseguradoras		8.293	10.188
Corretores de seguros e resseguros		1.753	1.257
Provisões Técnicas - seguros	16a	81.596	72.883
Danos		81.596	72.883
Outros débitos		211	240
Provisões judiciais	13b	211	240
Patrimônio Líquido		15 203.028	201.340
Capital social	15a	135.479	97.352
Reservas de lucro	15d	67.549	103.988
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		705.627	679.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)

		Reservas de Lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		97.352	12.365	23.524	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	96.399
Proposta para destinação do lucro		-	4.820	25.152	38.127
Reserva legal		-	4.820	-	(4.820)
Reserva estatutária		-	-	25.152	(25.152)
Outras reservas de lucros (ne 15.d)		-	-	-	38.127
Dividendos		-	-	-	(20.000)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(8.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		97.352	17.185	48.676	38.127
Saldos em 31 de dezembro de 2015		97.352	17.185	48.676	38.127
Aumento de capital conf. AGO/E de 30/03/2016		38.127	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.988
Proposta para destinação do lucro		-	1.099	589	(21.988)
Reserva legal		-	1.099	-	(1.099)
Reserva estatutária		-	-	589	(589)
Dividendos		-	-	-	(5.200)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(15.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		135.479	18.284	49.265	203.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Fator Seguradora S.A. (“Seguradora”), com sede na Avenida Santo Amaro, 48, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, opera em todo território nacional, nos ramos de riscos financeiros como garantia de obrigações privadas, públicas, judiciais, concessões públicas e fiança locatícia, riscos patrimoniais, como riscos de engenharia e operacionais e riscos de responsabilidades, como responsabilidade civil incluindo administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil de profissionais (E&O) e responsabilidade civil geral. A Seguradora integra o Conglomerado Fator e é controlada diretamente pelo Banco Fator S.A. seu único acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pronunciamentos técnicos e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

b) Normas e alterações de normas
Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517, instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, com vigência a partir da data de sua publicação, revogando assim a Circular SUSEP nº 508, de 9 de janeiro de 2015.

c) Comparabilidade
As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 e da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

d) Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os ativos financeiros foram classificados na categoria avaliados ao valor justo através do resultado.

e) Demonstração de resultados abrangentes
A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende, quando aplicável, itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos CPCs.

f) Continuidade
A Administração avaliou a habilidade em continuar as operações e está convencida de que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios.

g) Uso de estimativas
A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, revisados periodicamente pela Seguradora.

Em 23 de fevereiro de 2017, foi autorizada a divulgação das demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir e foram aplicadas consistentemente nos exercícios comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

a) Moeda funcional
As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda funcional reais (R\$).
As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e conversão de saldos na data do balanço, são reconhecidos no resultado.

b) Caixas e equivalentes de caixa
Caixas e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e o risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem à vinculação como ativos garantidores das reservas técnicas.

c) Ativos financeiros
A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros, determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo.
- Non reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros e ajustes de avaliação ao mercado, incluídos na rubrica “Resultado financeiro”, no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento
Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda
Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não, são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em “Ajuste com títulos e valores mobiliários”, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

e) Baixa de instrumentos financeiros
Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de sua propriedade. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

e) Reclassificação de ativos financeiros
A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria “mensurado ao valor justo por meio do resultado” enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38: Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria “mensurado ao valor justo por meio do resultado” enquanto ele é mantido ou emitido.

- Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obtve essa classificação no reconhecimento inicial.

As demais reclassificações de ativos financeiros devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos
A Seguradora não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

g) Prêmios de seguros, receitas e despesas de comercialização
Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os resultados de custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no respectivo custo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão.

As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial.

h) Investimentos
Os investimentos, no ativo permanente, referem-se substancialmente a participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., sendo demonstrado pelo valor de custo.

i) Imobilizado
A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição corrigido com as seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados, veículos e beneficiárias em imóveis de terceiros de acordo com o exercício de locação do imóvel e 10% para móveis e utensílios.

As beneficiárias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

A baixa de imobilizado ocorre por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

j) Ativos intangíveis
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados com base na expectativa de vida útil remanescente.

k) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

l) Provisões técnicas
A provisão de prêmios não ganhos - é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método “pró rata” dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

- A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos - PPNG - RVNE é calculada de acordo com metodologia específica descrita em NTA e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguers, determinada com base nos avisos recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente, quando aplicável.
- A Seguradora constitui provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER, através de metodologia descrita em nota técnica atuarial.
- A provisão para despesas relacionadas é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguers, determinada com base nas despesas de sinistros já conhecidas até a data do balanço e em nota técnica atuarial, com objetivo de estimar o valor relacionado a demais parcelas esperadas.
- A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados- IBNR é calculada com base na Circular SUSEP nº 517/15, exceto para o ramo garantia, o qual a partir de 2011 passou a ser calculado com base em nota técnica atuarial (NTA) de forma consistente, com base na experiência histórica de ocorrência de sinistros nesse ramo.
- É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na constituição de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros a débito da rubrica “Despesas financeiras”.
- A Provisão Complementar de Cobertura - PCC - é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor.

m) Teste de adequação dos passivos
Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas base junho e dezembro de cada ano.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. O teste considerou a projeção dos sinistros a ocorrer com base em premissas de sinistralidade realista, das despesas administrativas e outros diretamente relacionadas aos contratos de seguros relativos aos produtos em run-off e projeção relativa aos sinistros ocorridos. Os fluxos de caixa projetados são brutos de resseguros e descontados pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETT), referentes ao mês de dezembro de 2016, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis para identificação de possíveis insuficiências.

Não foram identificadas insuficiências para as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2016, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisões suplementares.

n) Demais passivos
Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos e atualizações incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

o) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%, do lucro antes dos impostos. A Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL não utilizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e esta permitir a liquidação dos saldos em uma base líquida.

p) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Circular SUSEP nº 517/15, da seguinte forma:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

- Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Adicionalmente, são constituídas provisões para honorários de sucesso, sempre que aplicável, tendo em vista acordos contratuais com assessores jurídicos.
- Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, classificado como provável perda, provisionado e atualizado.

q) Capital social
As ações são classificadas como patrimônio líquido quando não há obrigação contratual de transferir caixa ou outros ativos financeiros. Custos incrementais diretamente atribuídos à emissão dos instrumentos patrimoniais são demonstrados no patrimônio como uma redução dos rendimentos, líquido dos impostos.

r) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da perda é a emissão da apólice/certificado/endorosso ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização e agenciamento são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2016	2015
Prêmios emitidos	6a	176.970	128.293
(-/+ Variações das provisões técnicas de prêmios		(25.798)	2.764
(=) Prêmios ganhos	19b	151.172	131.057
(+) Receita com emissão de apólice	19a	2.797	2.567
(-) Sinistros ocorridos	19c	(147.687)	(144.929)
(-) Custos de aquisição	19d	(16.165)	(14.206)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	19e	(4.584)	(3.435)
(+) Resultado com resseguro		40.224	48.618
(+) Receita com resseguro	19f	106.082	102.186
(-) Despesa com resseguro	6a e 19f	(65.158)	(53.568)
(-) Despesas administrativas	19g	(25.016)	(21.481)
(-) Despesas com tributos	19h	(4.141)	(5.142)
(+) Resultado financeiro	19i	32.310	52.305
(+) Resultado Patrimonial	19j	8	7
(=) Resultado operacional		29.618	45.361
(+) Ganhos com ativos não correntes		5	-
(=) Resultado antes de impostos e participações		29.623	45.361
(-/+ Imposto de renda	20	(3.130)	33.198
(-/+ Contribuição social	20	(2.284)	19.551
(-) Participações sobre o resultado	21f	(2.221)	(1.711)
(=) Lucro líquido		21.988	96.399
Quantidade de ações		4.814	4.814
(=) Lucro líquido por ação		4,57	20,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2016	2015
Lucro líquido	21.988	96.399
Resultado abrangente do exercício	21.988	96.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2016	2015
Fluxo de caixa nas atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	21.988	96.399
Ajustes para:		</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais - R\$)

continuação

Ramos	Prêmios Emitidos		Resseguros Cedidos		Percentual Ressegurado	
	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
Riscos de engenharia	15.867	12.417	14.294	10.268	90,09	82,69
Riscos nomeados e operacionais	26.346	15.094	21.173	13.569	80,37	89,90
R.C. de administradores e diretores (D&O)	9.960	8.315	8.022	6.824	80,54	82,07
R.C. Profissional (E&O)	2.954	2.485	1.688	1.979	57,14	79,24
R.C. Geral	2.530	2.431	2.076	1.840	82,06	75,69
DPVAT	47.309	44.243	-	-	-	-
Garantia de obrigações públicas	10	(81)	8	(65)	80,00	80,25
Fiança Locatícia	1.209	524	761	290	62,94	55,34
Garantia de concessões públicas	-	(8)	-	(6)	-	(75,00)
Garantia judicial	(212)	91	(193)	(260)	91,04	(285,71)
Garantia segurador-setor público	64.832	46.277	55.427	44.460	85,49	96,07
Garantia segurador-setor privado	5.549	3.496	6.704	6.218	120,81	177,86

Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas

	176.354	135.284	109.960	85.117
Prêmios de riscos vigentes não emitidos	616	(6.991)	-	-
Resseguros cedidos	-	-	406	(3.402)
Comissões sobre resseguros cedidos	-	-	(36.129)	(27.472)
Variações das despesas de resseguros	-	-	(9.079)	(675)

Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas

	176.970	128.293	65.158	53.568
--	---------	---------	--------	--------

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado principalmente, pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômico e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e províes técnicas de seguros e resseguros.

Resseguradoras	Classe	Resseguros Cedidos		Resseguros Cedidos - %	
		Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
Local 1(*)	LOCAL	238	50	0,22	0,06
Local 2(*)	LOCAL	628	(56)	0,57	(0,07)
Local 3(*)	LOCAL	784	(57)	0,71	(0,07)
Local 4(*)	LOCAL	555	23	0,50	0,03
Local 5(*)	LOCAL	9.043	14.717	8,22	17,29
Local 6(*)	LOCAL	13.775	14.796	12,53	17,38
Local 7(*)	LOCAL	30	42	0,03	0,05
Local 8(*)	LOCAL	295	-	0,24	-
Local 9(*)	LOCAL	14.215	9.547	12,93	11,22
Local 10(*)	LOCAL	2.622	1.499	2,38	1,76
Local 11(*)	LOCAL	1.759	122	1,60	0,14
Local 12(*)	LOCAL	-	11	-	0,01
Local 13(*)	LOCAL	2.366	917	2,15	1,08
Local 14(*)	LOCAL	457	-	0,42	-
Eventual 1	Eventual A	2.331	4.552	2,12	5,35
Eventual 2	Eventual AA- Standard & Poor's / FITCH	112	-	0,10	-
Eventual 3	Eventual B+ A.M. Best Company	-	55	-	0,06
Eventual 4	Eventual AA- Standard & Poor's / FITCH	-	100	-	0,12
Eventual 5	Eventual AA- Standard & Poor's / FITCH	4.011	2.961	3,65	3,48
Eventual 6	Eventual AA- Standard & Poor's / FITCH	5.561	4	5,06	-
Eventual 7	Eventual A+ A.M. Best Company	1.060	629	0,96	0,74
Eventual 8	Eventual A Standard & Poor's / FITCH	1.020	-	0,93	-
Eventual 9	Eventual A A.M. Best Company	129	76	0,12	0,09
Eventual 10	Eventual A A.M. Best Company	2.701	1.015	2,46	1,19
Eventual 11	Eventual A Standard & Poor's / FITCH	206	-	0,19	-
Eventual 12	Eventual A A.M. Best Company	2.437	-	2,22	-
Eventual 13	Eventual A A.M. Best Company	19	-	0,02	-
Eventual 14	Eventual A Standard & Poor's / FITCH	206	-	0,19	-
Eventual 15	Eventual A A.M. Best Company	2.738	-	2,49	-
Eventual 16	Eventual A A.M. Best Company	1.859	-	1,69	-
Eventual 17	Eventual A A.M. Best Company	756	-	0,69	-
Eventual 18	Eventual A A.M. Best Company	446	-	0,41	-
Eventual 19	Eventual A A.M. Best Company	188	-	0,17	-
Admitida 1	Admitida AA Standard & Poor's / FITCH	-	597	-	0,70
Admitida 2	Admitida A Standard & Poor's / FITCH	-	28	-	0,03
Admitida 3	Admitida A- A.M. Best Company	51	(2)	0,05	-
Admitida 4	Admitida A A.M. Best Company	1.595	1.394	1,45	1,64
Admitida 5	Admitida A A.M. Best Company	-	4.349	-	5,11
Admitida 6	Admitida A Standard & Poor's / FITCH	6.031	8.315	5,48	9,77
Admitida 7	Admitida A Standard & Poor's / FITCH	-	512	-	0,60
Admitida 8	Admitida A+ A.M. Best Company	154	-	0,14	0,20
Admitida 9	Admitida A A.M. Best Company	7.786	4.237	7,08	4,98
Admitida 10	Admitida A A.M. Best Company	7.158	109	6,51	0,13
Admitida 11	Admitida A Standard & Poor's / FITCH	1.063	6.595	0,97	7,75
Admitida 12	Admitida A- Standard & Poor's / FITCH	3.045	2.341	2,77	2,75
Admitida 13	Admitida A A.M. Best Company	349	1.608	0,32	1,89
Admitida 14	Admitida A A.M. Best Company	7.534	3.826	6,85	4,49
Admitida 15	Admitida AA- Standard & Poor's / FITCH	137	-	0,12	-
Admitida 16	Admitida A A.M. Best Company	1.785	-	1,62	-
Admitida 17	Admitida A A.M. Best Company	1.020	-	0,93	-
Total		109.960	85.117	100	100

(*) Não há categoria de risco divulgada.
Desenvolvimento de sinistros
As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

Sinistros administrativos - bruto de resseguro

Data de aviso/cadastro	Dez/12	Dez/13	Dez/14	Dez/15	Dez/16	Total geral
Até um ano	-	-	-	-	10.043	10.043
Após um ano	-	-	-	16.645	-	16.645
Após dois anos	-	-	38.322	-	-	38.322
Após três anos	-	81	-	-	-	81
Após quatro anos	50	-	-	-	-	50
Total geral	50	81	38.322	16.645	10.043	65.141

Sinistros administrativos - líquido de resseguro

Data de aviso/cadastro	Dez/12	Dez/13	Dez/14	Dez/15	Dez/16	Total geral
Até um ano	-	-	-	-	1.757	1.757
Após um ano	-	-	-	1.177	-	1.177
Após dois anos	-	-	39	-	-	39
Após três anos	-	2	-	-	-	2
Após quatro anos	10	-	-	-	-	10
Total geral	10	2	39	1.177	1.757	2.985

Sinistros judiciais - bruto de resseguro

Data de aviso/cadastro	Dez/13	Dez/14	Dez/15	Total geral
Até um ano	-	-	-	-
Após um ano	-	-	523	523
Após dois anos	-	3.266	-	3.266
Após três anos	1.104	-	-	1.104
Total geral	1.104	3.266	523	4.893

Sinistros judiciais - líquido de resseguro

Data de aviso/cadastro	Dez/13	Dez/14	Dez/15	Total geral
Até um ano	-	-	26	26
Após um ano	-	653	-	653
Após dois anos	66	-	-	66
Total geral	66	653	26	745

As provisões de DPVAT não são consideradas para fins de desenvolvimento. A inclusão destas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que o DPVAT é calculado com base em regulamentação própria. As informações foram incluídas apenas para fins de conciliação com o passivo da provisão de sinistros a liquidar.

Análise de sensibilidade
O teste de sensibilidade foi elaborado considerando uma alteração na principal variável que poderia impactar o patrimônio líquido.
Na avaliação foram consideradas variações na ordem de 5% e 10%. Os resultados consideram o impacto no resultado antes dos impostos e no patrimônio líquido conforme abaixo.

Fator de sensibilidade - prêmios

Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016:	
Redução de prêmios emitidos em 5%	(8.849)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(17.697)
Em 31 de dezembro de 2015:	
Redução de prêmios emitidos em 5%	(6.415)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(12.829)

Fator de sensibilidade - sinistros

Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016:	
Aumento de sinistros em 5%	(7.384)
Aumento de sinistros em 10%	(14.769)
Em 31 de dezembro de 2015:	
Aumento de sinistros em 5%	(7.246)
Aumento de sinistros em 10%	(14.493)

Fator de sensibilidade - despesas administrativas

Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016:	
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.251)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.502)
Em 31 de dezembro de 2015:	
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.074)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.148)

As operações da seguradora estão voltadas para modalidades de Riscos Patrimoniais, Riscos de Responsabilidades e Riscos Financeiros, sendo que dentro de cada uma, o foco ocorre somente em grandes riscos. Trata-se de projetos de grande porte isolados, que dificilmente serão atingidos ao mesmo tempo por catástrofes naturais. No caso de riscos financeiros, seria necessário ocorrer um evento sistêmico que resultasse na falência generalizada de empresas numa mesma região, o que também é considerado de baixa possibilidade. Por esse motivo a seguradora entende como de baixo risco as potenciais exposições à concentração de risco por região geográfica. Os quadros abaixo demonstram a concentração de risco por região e por grupo de ramos com base no prêmio bruto e no prêmio líquido de resseguro.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro

Região Geográfica	Patrimoniais	Responsabilidades		Riscos Financeiros		% Total (*)	% Total
		%	%	%	%		
Centro Oeste	6.247	46,7%	1.139	8,5%	6.005	44,8%	13,391
Nordeste	4.826	33,5%	1.541	10,7%	8.033	55,8%	14.400
Norte	984	31,6%	128	4,1%	2.003	64,3%	3.115
Sudeste	27.601	29,9%	12.002	13,0%	52.838	57,2%	92.441
Sul	2.555	44,8%	635	11,0%	2.508	44,0%	5.698
Total	42.213	32,7%	15.445	12,9%	71.387	55,3%	129.045

Distribuição de prêmio líquido de resseguro

Região Geográfica	Patrimoniais	Responsabilidades		Riscos Financeiros		% Total (*)	% Total
		%	%	%	%		
Centro Oeste	1.659	60,4%	470	17,1%	619	22,5%	2.748
Nordeste	1.316	72,2%	226	12,4%	281	15,4%	1.823
Norte	295	10,6%	38	1,4%	2.454	88,1%	2.787
Sudeste	2.953	28,4%	3.736	26,3%	4.715	45,3%	10.404
Sul	525	39,7%	187	14,1%	611	46,2%	1.323
Total	6.748	35,2%	2.657	19,2%	8.680	45,5%	19.085

(*) Este montante não inclui receitas de prêmios do convênio DPVAT e prêmios de riscos vigentes não emitidos.
Concentração de riscos - moeda
A Fator Seguradora S.A. não possui concentrações de riscos significativos em moedas estrangeiras, as emissões ocorrem substancialmente em moeda nacional.

Risco de crédito
Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.
O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições com contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.
A Seguradora adota política de gerenciamento das exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as exposições a agências avaliadoras de risco, e o impacto de eventual inadimplência das resseguradoras é avaliado regularmente.

Definições das classificações de qualidade
Forte: Exposições demonstram uma forte capacidade de cumprir compromissos financeiros, com probabilidade insignificante ou baixa de inadimplência e/ou níveis de perda esperada.

Boa: Demonstrem boa capacidade de cumprir compromissos financeiros, com baixo risco de inadimplência e são monitoradas regularmente.
Satisfatória: Exposições que precisam de maior grau de monitoramento porque demonstram capacidade média a regular de cumprir compromissos financeiros.
Abaixo do padrão: Exposições que necessitam de monitoramento constante e atenção especial, visto que o risco de inadimplência é maior.
Fracasso, mas não deteriorada: Exposições que precisam de atenção especial e monitoramento constante, mas que estão em atraso. São operações que normalmente demonstram curtos exercícios de inadimplência, com expectativa mínima de perda efetiva após adoção de processos de cobrança.
Deteriorada: Exposições que foram avaliadas, individual ou coletivamente, como deterioradas e há necessidade de processo judicial para tentativa de recuperação.
A seguinte tabela estabelece a distribuição dos ativos financeiros da Seguradora por classificações de qualidade de crédito:

	Classificações de qualidade		Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado	Em atraso, mas não deteriorado
	Sem atraso, nem deteriorado	Média														

Em 31 de dezembro de 2016

Ativos financeiros designados ao valor justo	178.379	111.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
--	---------	---------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Risco operacional
A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.
A Seguradora optou pela contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de controles internos e processos, a qual é responsável pela identificação dos riscos e auxílio aos departamentos técnicos, pela formalização de processos, controles e sistemas de controles internos. Objetiva auxiliar na gestão dos negócios, promovendo visão gerencial de riscos, maior dinamismo e segurança nas operações de seguros, contribuindo para um melhor desempenho da Seguradora perante o mercado.

Risco de mercado
A carteira de investimentos da Fator Seguradora possui instrumentos do segmento de renda fixa e risco de crédito. Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma carteira de investimentos.
Gerenciamento do risco de mercado
A Seguradora administra sua carteira de investimentos utilizando as seguintes técnicas:
• O risco de mercado dos passivos de curto prazo e reserva técnica concentra parte substancial de seus investimentos em títulos públicos, que têm fácil liquidez no mercado.
• Faz uso de derivativos, quando necessário, com o intuito de proteger suas posições ativas, basicamente LTNs, de flutuações adversas nas taxas de mercado.
• Acompanha todos os investimentos, gerenciando sua rentabilidade e variações de mercado.
Os riscos de mercado e liquidez associados à utilização dos instrumentos supracitados são controlados pela Gerência de Riscos e Controles Internos do Banco Fator S.A., área autônoma e corporativa do Conglomerado Financeiro Fator que monitora todas as empresas do Conglomerado, calculando e gerenciando os riscos a que as mesmas possam estar expostas.

Gerência de Riscos e Controles Internos tem por atribuições o monitoramento de riscos de mercado, liquidez e operacional. As ferramentas utilizadas para controle de risco de mercado são:
• "Value at Risk (VaR)" - modelo estatístico que busca sintetizar o risco de uma carteira de investimentos em um valor financeiro, que representa a pior perda esperada em um determinado cenário:
- Horizonte de tempo (Exemplo: 1 dia).
- Nível de confiança (Exemplo: 95% de confiança).
• "Stress Testing" - consiste em uma técnica de simulação usada em carteiras de ativos e passivos para determinar suas reações a situações extremas. Geralmente são modelos de simulação gerados por computador que testam cenários hipotéticos e, ou históricos extremos. A Gerência de Riscos e Controles Internos utiliza os cenários divulgados diariamente pela BVMF.
• "Stop Loss" - procedimento que visa a limitar as perdas de uma carteira de investimentos frente aos seus resultados auferidos em determinado exercício de tempo, no limite pode implicar na zeragem de posições com maior perda ou risco

← continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais - R\$)

(ii) Os processos fiscais no valor de R\$ 9.948 (R\$ 8.697 em 2015), classificados como de perda possível, referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência e reconhecimento de variações monetárias ativas de depósitos judiciais para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSL, de exercícios anteriores, discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo e supostas omissões de receitas representadas por variações monetárias ativas nas bases de cálculo do imposto de renda, da contribuição social e do programa de integração social - PIS.

(iii) Os processos cíveis no valor de R\$ 241 (R\$ 169 em 2015), classificados como de perda possível, referem-se a atuações efetuadas pelo órgão regulador e outros questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros.

(iv) Os processos trabalhistas no valor de R\$ 12 (R\$ 12 em 2015), classificados como de perda possível, referem-se a horas extras, adicional de periculosidade e devolução de descontos relacionados a seguros.

	Fiscais	Sinistros	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2015	227	3.398	397	298
Constituições/Reestimativas (i)	4	2.199	(4)	65
Liquidações	—	(500)	(80)	(19)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	231	5.097	313	344

(i) Referem-se a atualizações monetárias, provisões para novos processos judiciais, constituições, reversões e complementos em razão da atualização das posições dos consultores jurídicos.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Despesas corporativas

Em junho de 2009, a Seguradora passou a investir parte de seu portfólio em Fundo de Investimento Exclusivo Multimercado, que tem como administrador, o Banco Fator S.A., e como gestora a FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.

O Banco Fator S.A. auxilia a Fator Seguradora através da Central de Riscos e Compliance, no cálculo do risco de mercado e liquidez associados à utilização de derivativos.

Em 26 de setembro de 2014 foi firmado instrumento particular de acordo para reembolso de custos e despesas entre empresas integrantes do Conglomerado Fator. As partes utilizam estruturas e áreas corporativas em comum, típicas de suporte, bem como celebram contratos diretamente com fornecedores e/ou prestadores de serviços em geral, utilizados por todas as empresas do Conglomerado, com a finalidade de diminuição de custos, tendo em vista a contratação em maior quantidade.

Em relação ao acordo firmado, a Seguradora apresenta saldo a pagar e despesas, conforme abaixo:

	Passivos - Obrigações a pagar		Despesas corporativas com utilização de estruturas comuns e contratos firmados para o Conglomerado	
	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
Banco Fator S.A.	250	178	2.959	2.330
Fator S.A. Corretora de Valores	31	30	377	219
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	—	—	2	3
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	—	3	9	7
Total	281	211	3.347	2.559

16. DETALHAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO POR RAMOS - SEGUROS

a) Provisões técnicas

Ramos	Provisão para prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Provisão de despesas relacionadas		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER	
	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
DPVAT	—	—	17.573	19.885	69.250	35.372	671	404	—	—	—	—
Garantia de obrigações - públicas	2.508	3.620	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Garantia de obrigações - privadas	—	230	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Garantia judicial	29	357	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	5.051	5.920	2.057	1.644	438	651	—	—	43	1.120	95	211
Responsabilidade civil profissional - E&O	3.028	2.775	89	16	650	547	—	—	—	—	29	—
Responsabilidade civil geral	1.523	1.556	1.904	1.786	356	187	—	—	172	307	359	—
Riscos de Engenharia	38.982	40.663	9.410	6.344	786	745	—	—	6.321	147	1.223	273
Garantia seguro - Setor público	90.546	58.380	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Garantia seguro - Setor privado	13.852	26.602	39.591	76.399	—	—	—	—	258	144	11.197	—
Riscos nomeados e operacionais	18.482	10.796	16.982	39.104	3.029	6.186	—	—	378	7.422	2.547	—
Fiança Locatícia	793	436	—	—	45	19	—	—	—	—	—	—
Total	174.794	151.335	87.607	145.319	74.554	43.707	671	404	7.172	9.140	15.451	484

Outras provisões referem-se a despesas administrativas do convênio DPVAT - PDA no valor de R\$ 671 (R\$ 404 em 2015).

a.1) Movimentações das provisões técnicas

	Provisão prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Provisão de despesas relacionadas aos sinistros - PDR		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER	
	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
Saldo no início do exercício	151.335	152.724	145.319	62.297	43.707	25.381	404	527	9.140	675	484	268
Constituições decorrentes de prêmios	129.663	84.050	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Diferimentos pelo risco decorrido	(104.164)	(86.814)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Oscilação cambial	(2.040)	1.375	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Avisos de sinistros	—	—	44.396	8.912	—	—	—	—	252	398	—	—
Cancelamentos de sinistros	—	—	(38.739)	(4.140)	—	—	—	—	(36)	(112)	—	—
Ajustes de estimativas de sinistros	—	—	88.203	87.041	—	—	—	—	2.508	1.139	—	—
Pagamentos de sinistros	—	—	(149.260)	(7.252)	—	—	—	—	(2.485)	(1.162)	—	—
Movimentações decorrentes das operações com DPVAT	—	—	(2.312)	(1.539)	33.878	13.355	267	(123)	—	—	—	—
Reversões/constituições de despesas estimadas relacionadas aos sinistros	—	—	—	—	—	—	—	—	(2.207)	8.202	14.967	—
Outras constituições	—	—	—	—	80.474	4.971	—	—	—	—	—	216
Outras reversões	—	—	—	—	(83.505)	—	—	—	—	—	—	—
Saldo no final do exercício	174.794	151.335	87.607	145.319	74.554	43.707	671	404	7.172	9.140	15.451	484

b) Custo de aquisição diferido

Ramos	Dez/16	Dez/15
Riscos de engenharia	2.738	2.987
Riscos nomeados e operacionais	2.165	807
Fiança Locatícia	140	78
Garantia de obrigações - públicas	148	217
Garantia de obrigações - privadas	—	40
Garantia judicial	4	40
Garantia seguro - setor público	15.487	6.873
Garantia seguro - setor privado	1.578	2.861
Responsabilidade civil Geral	219	231
Responsabilidade civil Profissional - E&O	678	321
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	728	618
Total	23.885	15.073
Curto prazo	12.334	8.433
Longo prazo	11.551	6.640

b.1) Custo de aquisição diferido - movimentações

	Dez/16	Dez/15
Saldo no início do exercício	15.073	15.980
Constituições decorrentes de comissões	24.032	12.504
Diferimentos pelo risco decorrido	(15.219)	(13.411)
Saldo no final do exercício	23.886	15.073

Custo de aquisição diferido refere-se a comissões decorrentes das operações atuais da Seguradora e seguem os mesmos critérios de diferimento dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência do risco de cada apólice emitida. Os riscos emitidos têm, em média, três anos de vigência para produtos do ramo garantia e um ano de vigência para os demais produtos.

c) Prêmios de resseguros diferidos

Ramos	Dez/16	Dez/15
Riscos de engenharia	32.485	33.666
Riscos nomeados e operacionais	11.231	8.237
Responsabilidade civil geral	826	847
Fiança Locatícia	325	155
Garantia seguro - setor público	47.130	32.885
Garantia seguro - setor privado	8.764	14.986
Garantia de obrigações - públicas	1.325	1.912
Garantia de obrigações - privadas	—	112
Garantia judicial	20	231
Responsabilidade civil Profissional - E&O	1.127	1.689
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	2.967	3.665
Total	106.200	98.385

c.1) Prêmios de resseguros diferidos - movimentações

	Dez/16	Dez/15
Saldo no início do exercício	98.385	96.292
Constituições decorrentes dos riscos cedidos no exercício	74.237	54.243
Diferimentos pelo risco decorrido	(65.158)	(53.567)
Oscilação cambial	(1.264)	1.417
Saldo no final do exercício	106.200	98.385

Os valores correspondentes aos riscos cedidos em resseguros são contabilizados no ativo, na rubrica "Ativos de resseguros - provisões técnicas", líquido das receitas de comercialização de resseguro diferidas, em contrapartida do resultado. O diferimento dos prêmios de resseguros segue o mesmo critério dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência de cada risco.

Ativos de resseguro - provisões técnicas

	Dez/16	Dez/15
Sinistros de resseguros	90.843	134.426
Prêmios de resseguros	148.160	132.489
Comissões de resseguros	(41.960)	(34.105)
Total	197.043	232.810
Curto prazo	149.457	185.446
Longo prazo	47.586	47.364

17. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os ativos financeiros vinculados em cobertura das provisões técnicas, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	Dez/16	Dez/15
Provisões técnicas - seguros	360.249	350.389
Exclusões	—	—
Provisões técnicas - resseguros redutores	(134.990)	(179.100)
Custos de aquisição diferidos redutores	(15.333)	(11.255)
Total das exclusões	(209.926)	(190.355)
Provisões técnicas para cobertura	209.926	160.034
Titulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões técnicas	140.709	122.119
Quotas de fundos de investimentos, vinculados à cobertura de provisões técnicas- DPVAT	87.514	55.677
Suficiência Apurada	18.297	17.762
Ativos livres	61.316	48.455

b) Remuneração do pessoal chave da administração

Honorários
Gratificações e participações nos lucros
Encargos

A Seguradora não possui beneficiários de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

d) Em 31 de dezembro de 2016, a Seguradora apresenta saldo a pagar ao acionista, o Banco Fator S.A, no valor de R\$ 5.200 (R\$ 20.000 em 2015), registrado no passivo circulante, na rubrica obrigações a pagar, referente a dividendos do exercício.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 18 de outubro de 2016 foi publicada Portaria SUSEP nº 6.668 que aprovou aumento de capital no valor de R\$ 38.127, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária- AGO/E de 30 de março de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 135.479 (R\$ 97.352 em 2015) e está representado por 4.814 ações ordinárias e negativas de sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em Assembleia Geral Extraordinária- AGE, realizada em 29 de dezembro de 2016, foi aprovado pagamento de dividendos no montante de R\$ 5.200 (R\$ 20.000 em 2015). O valor encontra-se registrado na rubrica obrigações a pagar no passivo circulante.

c) Juros sobre capital próprio

A Assembleia Geral Extraordinária- AGE, realizada em 29 de dezembro de 2016, deliberou o pagamento de juros sobre o capital- JCP ao acionista, no valor de R\$ 15.100 (R\$ 8.300 em 2015), calculados com base na taxa de juros de longo prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido do ano anterior. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da conta de resultado (despesas financeiras), e apresentados como destinação do lucro. O montante creditado reduziu a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, o que proporcionou redução de carga tributária no montante de R\$ 6.795 (R\$ 3.735 em 2015).

d) Reservas de lucros

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento do capital social).

O lucro líquido remanescente, do exercício de 2015, no valor de R\$ 38.127, após pagamento dos juros sobre o capital próprio- JCP, distribuição dos dividendos e constituição das reservas legal e estatutária, foi destinado para aumento de capital em aprovação, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária- AGO/E, de 30 de março de 2016. Em 18 de outubro de 2016 foi publicada Portaria SUSEP nº 6.668 que aprovou o aumento de capital.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

O detalhamento de depósitos de terceiros no passivo circulante no valor de R\$ 523 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 525 em 31 de dezembro de 2015), considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

Ramos	Cobrança antecipada de prêmios		Prêmios e emolumentos recebidos		Outros depósitos	
	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
Vencidos	—	—	—	—	—	—
De 1 a 30 dias	—	—	—	—	—	—
De 31 a 60 dias	12	—	—	14	—	—
De 61 a 120 dias	—	—	29	1	—	—
De 121 a 180 dias	17	3	—	12	—	—
De 181 a 365 dias	57	68	161	—	—	—
Acima de 365 dias	2	—	107	—	—	—
Depósitos de terceiros	88	140	295	—	—	—

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a) Receita com emissão de apólices

	Dez/16	Dez/15
Emissões de bilhetes- consórcio DPVAT	2.797	2.567

b) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmio ganho		Sinistralidade		Comercialização	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015

— * continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Fator Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Fator Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há

distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de uma companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador

CRC nº 1 PR 050377/O-6

